

Moreira quer cinco semanas para defesa

BRASÍLIA — Um dos principais acusados pela CPI do Orçamento, o deputado Manoel Moreira (PMDB-PE), quer cinco semanas de prazo para apresentar sua defesa à Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, responsável pelo exame dos processos de cassação. Seu advogado, Valmor Santos Giavarina, entrou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com um mandado de segurança e pedido de liminar para suspender o projeto de resolução 197, formulado pelo presidente da Câmara, Inocên-

cio de Oliveira (PFL-PE), para apressar a punição dos envolvidos no escândalo do Orçamento.

O projeto prevê que a Câmara realizará diariamente sessões ordinárias. Substitui a regra que estabelecia que durante a revisão constitucional os trabalhos seriam realizados apenas às segundas-feiras. De acordo com o advogado, a mudança subtrai 25 dias da defesa, o que constitui "cerceamento do direito de defesa do acusado".

Moreira espera que o STF restaure o projeto original, fazendo

cumprir o regimento interno da Câmara que prevê o prazo de cinco sessões para a apresentação da defesa. Na versão do relatório final da CPI lida na sexta-feira, o caso do deputado, ligado ao ex-governador Orestes Quêrcia, ocupa duas páginas. Mas, no original encaminhado pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) à gráfica as provas de seu envolvimento no esquema tomavam sete páginas. O pedido de liminar de Moreira será analisado pelo presidente em exercício do STF, ministro Sepúlveda Pertence.